



ATUAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: O COLETIVO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UEM NO CONSELHO MUNICIPAL

Wellington Benevides dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

Mara Lucy Castilho (Universidade Estadual de Maringá)

wellingtonbenevides@icloud.com

Resumo:

O projeto de extensão “Quitutes e Belezuras: a identidade cultural regional refletida na alimentação e no artesanato”, desempenhou papel relevante em relação à efetivação da lei municipal 11.740/2023, que visa à constituição do Conselho Municipal de Economia Solidária, uma vez que foi responsável pela criação e fortalecimento do coletivo da Feira de Economia Solidária da UEM. Uma vez organizado, este coletivo pleiteou assento no Conselho e foi eleito em reunião da sociedade civil organizada para ocupar uma das quatro representações dos empreendimentos econômicos solidários, juntamente com outros três representantes e duas entidades de apoio. O decreto de nomeação já publicado indica que as atividades do conselho municipal devem iniciar em breve, com a eleição da presidência e elaboração inicial do regimento interno, ou seja, práticas democráticas e autogestionadas, presentes no cotidiano do Coletivo da Feira, que poderá partilhar sua vivência com os demais membros indicados, auxiliando na construção deste importante espaço de representação popular.

Palavras-chave: Coletivo; Economia Solidária; Mobilização.

1. Introdução

O projeto “Quitutes e Belezuras: a identidade cultural regional refletida na alimentação e no artesanato” teve seu início no ano de 2017 e, um de seus objetivos é organizar a Feira de Economia Solidária que ocorre semanalmente no campus sede da UEM, com a participação de empreendimentos de Maringá e região de diversos ramos de atividades. Dessa forma, fomenta a Economia Solidária e se insere diretamente nas discussões atinentes ao tema no município.



Em 2022, como parte de sua atuação política, levou o questionamento ao vereador autor da lei municipal 8.802/2010, Mário Verri, sobre sua efetivação, qual seja, a aplicabilidade da política municipal de fomento à Economia Solidária. Na sequência, Verri enviou o questionamento formal à prefeitura, cuja resposta foi que o fomento ocorre por meio das diversas hortas comunitárias. De acordo com a Agência Estadual de Notícias do Paraná (2024) a cidade de Maringá possui, em 2024, 41 hortas comunitárias, voltadas à produção e comercialização de hortaliças, leguminosas e frutíferas. Porém apesar das hortas comunitárias também se configurarem, a depender de sua organização, como iniciativas de Economia Solidária, não se caracterizam enquanto a única possibilidade de ação.

De acordo com Zanchet (2008), entre os anos 2005 e 2007, havia 808 Empreendimentos Econômicos Solidários cadastrados que se organizam enquanto grupos informais, associações e cooperativas, sejam em âmbito rural, urbano ou misto (urbana e rural). Esses empreendimentos apresentam uma grande pluralidade de ações, e atuam principalmente nos segmentos de Indústria de transformação (62,3%), ou seja, artigos têxteis, vestuário, fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos em madeira e reciclagem. Sendo assim, as hortas comunitárias se mostram enquanto uma iniciativa isolada em relação à grande diversidade de empreendimentos existentes.

A percepção das pessoas afetas ao movimento da Economia Solidária em Maringá, inclusive dos integrantes do coletivo da feira da UEM, era a carência de um Conselho Municipal próprio, que pudesse atuar diretamente com os envolvidos. Esta demanda foi levada ao legislativo mas, foi o poder executivo que elaborou uma proposta de lei que institui no município a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Solidária e institui o Selo de Economia Solidária. Esta proposta foi ao plenário da Câmara de Vereadores onde foi aprovada por unanimidade, sendo sancionada pelo prefeito em dezembro de 2023, sob o número 11.740/2023.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo relatar a atuação do projeto no que se refere a organização da sociedade civil atinente à Economia Solidária para indicação de representantes ao Conselho Municipal, salientando o protagonismo do coletivo da Feira de Economia Solidária neste processo.



2. Metodologia

O projeto, ao longo de seus anos de atuação, adota e prioriza as relações dialógicas. De acordo com Gomes *et al.* (2020), no modelo dialógico não há espaços para imposições ou autoritarismo, sendo esta a forma que se estrutura a relação do projeto com seus participantes. As relações são estabelecidas de forma horizontal, em que todos são ouvidos e o conhecimento é uma construção mútua que resulta da perspectiva e das opiniões de todos.

Uma vez mobilizado, o coletivo contou com o apoio institucional da Incubadora Unitrabalho para convocar a reunião da sociedade civil em que seriam indicados seus membros. Tal reunião foi realizada no dia 19 de junho de 2024, às 19h30 no DACESE - UEM (bloco 125). Na ocasião, estavam presentes diversos Empreendimentos Econômicos Solidários e entidades de apoio. Foi uma instância deliberativa, mas priorizou-se a escuta e a participação de todos. A reunião teve a seguinte pauta: 1. Informes sobre a lei municipal nº 11.740/2023; 2. Indicação de representantes (titular e suplente) dos Empreendimentos Econômicos Solidários do município para comporem o Conselho Municipal de Economia Solidária; 3. Indicação de representantes (titular e suplente) das entidades de apoio à Economia Solidária do município para comporem o Conselho Municipal de Economia Solidária; 4. Assuntos gerais.

A equipe do projeto iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes e seguiu-se ao Item 1, esclarecendo que a referida lei, aprovada em 21 de dezembro de 2023, prevê em seu Cap. 2, Art. 11, a criação e composição do Conselho Municipal de Economia Solidária, assim como estabelece suas competências em seu Art. 12 e funcionamento nos Art. 13 e 14. Em seguida, passou-se aos itens 2 e 3, em que foram indicados os empreendimentos (titular e suplente) e as entidades de apoio (titular e suplente) para compor o conselho municipal de Economia Solidária.

Na reunião foi acordado que deveria haver uma maior presença dos empreendimentos na composição do conselho em relação às entidades de apoio, visto que, segundo a lei aprovada, o conselho não é tripartite¹, uma vez que é composto por 6 representantes do governo municipal² e 6 empreendimentos e/ou entidades de apoio. Vale destacar que a

¹ Embora haja a representação de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e governo, sua distribuição não é igualitária.

² Devem ser representantes de diferentes secretarias, evidenciando a transversalidade da Economia Solidária.



participação das entidades de apoio são fundamentais no conselho, visto que para além das diversas formas de atuação formal nos espaços de poder, as mesmas possuem um papel de destaque no que diz respeito ao desenvolvimento dos empreendimentos.

3. Resultados e Discussão

Na reunião deliberativa, foram ouvidos os relatos dos interessados em compor o conselho, dentre eles, o coletivo da Feira de Economia Solidária da UEM³. Em sua explanação, o representante elencou a atuação junto aos empreendimentos e grupos informais, sobretudo na comercialização, além de pontuar sobre o engajamento na divulgação do movimento de Economia Solidária na região, o que o aproxima de diversas iniciativas que muitas vezes desconhecem que sua atuação se relaciona à Economia Solidária. Apontou ainda a importância de se valorizar a organização coletiva e a autogestão, princípios basilares que também devem permear o Conselho Municipal.

Após ponderações, foram indicados os seguintes empreendimentos: Coletivo da Feira de Economia Solidária da Universidade Estadual de Maringá – PR; Escola Milton Santos de Agroecologia; Associação de Agentes Ecológicos e Recicladores - COOPERCICLA e Cooperativa de Economia Popular Solidária Viveiro de Flores PIATÃ, sendo aprovados por unanimidade. As entidades de apoio indicadas foram: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - Unisol Paraná e Associação Indigenista de Maringá - ASSINDI.

A Incubadora Unitrabalho - UEM encaminhou as indicações ao executivo municipal e o decreto de nomeação nº1279/2024 foi publicado no Diário Oficial de Maringá no dia 22 de julho de 2024, sendo o próximo passo, a primeira reunião que irá escolher a presidência, assim como iniciar a discussão sobre o regimento interno.

4. Considerações

A intermediação realizada pelo projeto Quitutes e Belezuras com o poder público (executivo e legislativo) só foi possível graças aos anos de experiência em atuar na extensão, junto à comunidade, o que possibilitou também, a criação e fortalecimento do Coletivo da Feira de

³ O coletivo da Feira de Economia Solidária da UEM nasceu e se fortaleceu a partir do projeto Quitutes e Belezuras da Incubadora Unitrabalho - UEM.



Economia Solidária da UEM. O resultado das articulações entre a extensão e o coletivo se mostra de forma concreta na participação do mesmo no Conselho Municipal de Economia Solidária, sendo de grande relevância, pois além de representar os empreendimentos, o coletivo através da sua história, demonstra que a extensão universitária proporciona frutos concretos de atuação em diversos âmbitos, sendo no momento municipal, mas, podendo futuramente atingir outras esferas.

A Incubadora Unitrabalho, por meio de seus diversos projetos relacionados à Economia Solidária, incentiva as representações populares em todas as instâncias e busca assessorá-las em suas demandas, contando com equipe interdisciplinar para isso. Vale ressaltar que prioriza sempre a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, pois acredita que a ação final (extensão) somente será efetiva se estiver vinculada ao processo de formação (ensino) e geração de conhecimento (pesquisa), gerando impacto e transformação social.

Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, Copel. **Horta comunitária sob linhas de alta tensão da Copel em Maringá recebe comitiva peruana.** Curitiba: Copel, 05 jul. 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Horta-comunitaria-sob-linhas-de-alta-tensao-da-Copel-em-Maringa-recebe-comitiva-peruana>. Acesso em: 31 Jul. 2024.

GOMES, Cláudia; GUERRA, Maria. **A perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação.** Uberlândia, Ed. Popular. v. 19, n. 3, p. 4-15, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/52847/30286/245678>. Acesso em 31 jul. 2024.

ZANCHET, Maria. **Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2008. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/NT_Caract_Empreend_Econ_Solidarios_PR_2008.pdf. Acesso em: 31 Jul. 2024.